

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

FORMAÇÃO CONTÍNUA 2018/2019



Temas de Direito Administrativo

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa - 1 e 8 de abril, 27 de maio e 3 de junho - CEJ - Sala de Vídeo

Destinatários: Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: Analisar e discutir os problemas atuais do direito e do contencioso administrativo, nacional, europeu e internacional, em especial as alterações legislativas e a jurisprudência mais recente relativas ao procedimento administrativo, ao processo nos tribunais administrativos, aos litígios relativos a contraordenações e aos regimes de proteção social.

Programa: 1.º dia – 1 de abril – Lisboa

Ato Administrativo

Manhã

- 09h30** Abertura
Direção do Centro de Estudos Judiciários
- 09h40** Jurisprudência em matéria de fundamentos e regime da nulidade

Dinamene de Freitas, Juíza de Direito, Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa
- 10h00** Fundamentos de nulidade

José Carlos Vieira de Andrade, Professor Catedrático na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- 11h15** Regime da Nulidade

Licínio Lopes Martins, Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- 12h15** Debate

Moderação: *Dinamene de Freitas, Juíza de Direito, Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa*

Tarde

- 14h15** Reclamações e recursos administrativos

Jorge Silva Sampaio, Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 15h00** Anulação administrativa, alteração e substituição de atos administrativos

Marco Caldeira, Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 15h45** Afastamento do efeito anulatório

Carlos Cadilha, Juiz Conselheiro Jubilado
- 16h45** Debate

Moderação: *Helena Cluny, Procuradora da República, Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra*

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

FORMAÇÃO CONTÍNUA 2018/2019



Temas de Direito Administrativo

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa - 1 e 8 de abril, 27 de maio e 3 de junho - CEJ – Sala de Vídeo

Programa: 2.º dia – 8 de abril – Lisboa

Processo nos Tribunais Administrativos

Manhã

9h40 Jurisprudência em matéria de ação administrativa

Paula Loureiro, Juíza Desembargadora, Tribunal Central Administrativo Sul

10h00 O ónus de alegação e de impugnação na ação administrativa

José Duarte Coimbra, Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

11h15 A ampliação e a modificação da instância nas ações administrativas (em especial o regime dos artigos 45.º e 45º-A do CPTA)

Maria Elisabeth Fernandez, Professora na Escola de Direito da Universidade do Minho

12h15 Debate

Moderação: **Paula Loureiro**, Juíza Desembargadora, Tribunal Central Administrativo Sul

Tarde

14h15 O processo de injunção no contencioso administrativo

Gabriela Cunha Rodrigues, Juíza Desembargadora, Tribunal da Relação de Lisboa

15h00 Objeto e limites da decisão (artigo 95.º do CPTA)

Sofia David, Juíza Desembargadora, Tribunal Administrativo Central Sul

15h45 A execução de sentenças

Cecília Anacoreta Correia, Professora na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

16h45 Debate

Moderação: **Ana Rosa Branquinho Dias**, Procuradora da República, Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

FORMAÇÃO CONTÍNUA 2018/2019



Temas de Direito Administrativo

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa ▪ 1 e 8 de abril, 27 de maio e 3 de junho ▪ CEJ – Sala de Vídeo

Programa: 3.º dia – 27 de maio – Lisboa

Contratação Pública

Manhã

9h40 Jurisprudência em matéria de contratação pública

Ilda Côco, Juíza de Direito, Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

10h00 Tipos e escolha de procedimentos para a formação de contratos de aquisição de bens, aquisição de serviços e empreitadas de obras

João Filipe Graça, Advogado e membro do Grupo de Contratação Pública do CEDIPRE

11h15 Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

Vera Eiró, Professora na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

12h15 Debate

Moderação: *Ilda Côco, Juíza de Direito, Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra*

Tarde

14h15 O acordo-quadro e a celebração de contratos ao abrigo de acordos-quadro

Margarida Olazabal Cabral, Advogada, colaboradora do Instituto de Ciências Jurídico-políticas, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

15h00 A indemnização a que tem direito o concorrente ilicitamente preterido (no caso de impossibilidade de satisfação da pretensão condenatória na prática do ato de adjudicação devido)

Maria Benedita Urbano, Juíza Conselheira, Supremo Tribunal Administrativo

15h45 O incidente de levantamento do efeito suspensivo automático

Helena Canelas, Juíza Desembargadora, Tribunal Administrativo Central Norte

16h45 Debate

Moderação: *Ana Cristina dos Santos Ermida, Procuradora da República, Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro*

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

FORMAÇÃO CONTÍNUA 2018/2019



Temas de Direito Administrativo

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa - 1 e 8 de abril, 27 de maio e 3 de junho - CEJ - Sala de Vídeo

Programa: 4.º dia - 3 de junho - Lisboa

Responsabilidade civil extracontratual /contraordenações

Manhã

9h40 Jurisprudência em matéria de responsabilidade civil extracontratual

Carlos Carvalho, Juiz Conselheiro, Supremo Tribunal Administrativo

10h00 Responsabilidade civil extracontratual do Estado por atraso na justiça - o âmbito de aplicação do artigo 6.º da CEDH

Rui Camacho Palma, Advogado

11h15 Direito de regresso

Tiago Serrão, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

12h15 Debate

Moderação: **Carlos Carvalho**, Juiz Conselheiro, Supremo Tribunal Administrativo

Tarde

14h30 Jurisprudência em matéria de contraordenações

Maria da Conceição Ligeiro, Procuradora-Geral Adjunta, Tribunal Central Administrativo Sul

14h50 Contraordenações: âmbito da jurisdição administrativa

Fernanda Paula Oliveira, Professora na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

15h50 Decisão por despacho, audiência de julgamento e sentença nos processos de contraordenação

Leones Dantas, Juiz Conselheiro, Supremo Tribunal de Justiça

16h50 Debate

Moderação: **Maria da Conceição Ligeiro**, Procuradora-Geral Adjunta, Tribunal Administrativo Sul